



Câmara dos Deputados
Gabinete do Deputado Capitão Alberto Neto

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº
(Do Sr. Capitão Alberto Neto)

**Requer do Excelentíssimo
Ministro de Estado da
Educação, Senhor Camilo
Santana, informações sobre
as Escolas Cívico-Militares.**

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados requiero seja encaminhado ao Ministro de Estado da Educação, Senhor Camilo Santana, requerimento de informações sobre as Escolas Cívicas Militares.

Diante do exposto, solicito respostas para os seguintes questionamentos:

- 1) A diretoria de escolas cívico-militares da pasta, criada durante a gestão Bolsonaro para fomentar a militarização do ensino público foi extinta. Essa medida foi adotada sem levar em consideração os resultados dos alunos das referidas escolas no Enem e Saeb?
- 2) De que modo o Ministério da Educação, com o apoio dos órgãos e entidades representativas do setor educacional, incluindo o Conselho Nacional de Educação (CNE) e Ministério da Defesa, pode aprimorar, estabelecendo de modo mais diretivo as habilidades a serem desenvolvidas pelas Escolas Cívico-Militares?
- 3) Qual o destino das Escolas Cívico-Militares já em funcionamento no Brasil?

Apresentação: 21/03/2023 19:29:09.433 - MESA

RIC n.528/2023





Justificação

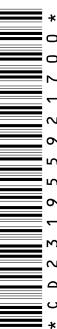
A educação nas Escolas Cívico-Militares tem o intuito de estimular e melhorar o processo de ensino-aprendizagem nas escolas públicas e se baseia no alto nível dos colégios militares do Exército, das Polícias e dos Corpos de Bombeiros Militares.

O Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares foi uma iniciativa do Ministério da Educação, em parceria com o Ministério da Defesa, apresentando um conceito de gestão nas áreas educacional, didático-pedagógica e administrativa com a participação do corpo docente da escola e apoio dos militares. A proposta foi à implantação em 216 Escolas Cívico-Militares em todo o país, até 2023, sendo 54 por ano.

Para reafirmar a importância das Escolas Cívico-Militares como conteúdo curricular relevante, pelo programa, a escola recebe um militar oficial, com a função de assessorar o diretor na parte administrativa, e um coordenador dos outros militares que atuam como monitores. Eles irão trabalhar ao lado dos inspetores de aluno e serão responsáveis por ensinar sobre cidadania e respeito aos símbolos nacionais, numa espécie de retomada da disciplina Organização Social e Política Brasileira (OSPB), implantada na rede escolar em 1968, durante os governos militares, e extinta em 1993, durante o mandato do presidente Itamar Franco.

O Programa contratou pelo governo federal militares aposentados, numa parceria entre ministérios, para trabalharem como inspetores de alunos e na área administrativa das escolas. Eles não podem interferir no conteúdo pedagógico das instituições. Com duração inicial de dois anos, os contratos são prorrogáveis por até dez anos. Os salários são de 30% do valor de suas respectivas aposentadorias. Todos passam antes pelo curso de capacitação dos profissionais participantes do programa.

Recentemente de acordo com uma pesquisa da Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEEDF) após quatro anos de implementação da militarização nas escolas públicas do Distrito Federal, especialistas e entidades criticam o modelo e apostam na desaceleração ou fim do projeto. **Os índices que permitem avaliar o desempenho dos alunos ainda não foram**





Câmara dos Deputados
Gabinete do Deputado Capitão Alberto Neto

apresentados e há um aumento nas ocorrências registradas no ambiente escolar das instituições cívico-militares, o que contraria a justificativa utilizada para instaurar a gestão compartilhada. ⁱ

Sendo a fiscalização uma das funções típicas do legislador, faz-se necessária a aprovação deste requerimento de informações para obtenção de dados suficientes a respeito da atuação do Poder Executivo, a fim de se assegurar a efetividade das leis ou, se assim for necessário, tomar medidas para que sejam implementadas de forma eficiente e transparente.

Termos em que, pede deferimento.

Brasília, 21 de Março de 2023.

CAPITÃO ALBERTO NETO

Deputado Federal – PL/AM

Apresentação: 21/03/2023 19:29:09.433 - MESA

RIC n.528/2023



i <https://www.gamalivre.com.br/2023/03/militarizacao-de-escolas-do-df-nao.html>

Apresentação: 21/03/2023 19:29:09.433 - MESA

RIC n.528/2023



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Capitão Alberto Neto
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD231955921700>

